**Ata da 111ª Reunião da Comissão de Organização e Administração**

No dia 08 de junho de 2015, às 14 horas reuniram-se na Sede do CAU/RS, sito à Rua Dona Laura, 320, Bairro Rio Branco, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, os membros da Comissão de Organização e Administração do Conselho acima citado. Estavam presentes o Presidente Roberto Py Gomes da Silveira, os Conselheiros do CAU/RS, Hermes de Assis Puricelli, Jorge Decken Debiagi e Márcio de Mendonça Lima Arioli, o Gerente Geral Fausto Leiria Loureiro, o Assessor Especial da Presidência Eduardo Bimbi, a Administradora Clarissa Fleck Monteiro e a Chefe de Gabinete Substituta Marcele Danni Acosta, que redigiu esta ata.

1. Aprovação Ata 1ª Reunião Extraordinária COA-CAU/RS:

A referida ata foi lida e aprovada por unanimidade.

1. Concurso para Loja de Atendimento do CAU/RS;

O Presidente Py explica para o Conselheiro Debiagi as questões do concurso para a loja de atendimento do CAU/RS.

Debate-se a formação da Comissão Temporária e a COA-CAU/RS sugere que tenha como membro um Conselheiro de cada Comissão do CAU/RS. Elenca-se pontos a serem tratados pela Comissão Temporária que deverá traçar diretrizes para o concurso, como a loja do térreo, os demais pavimentos, acessibilidade, rede lógica. Expõe-se a necessidade da CT ter assessores. São sugeridos pela COA-CAU/RS o Assessor Especial da Presidência Eduardo Bimbi e a Gerente Técnica e de Fiscalização Maríndia Girardello. Que é necessário disponibilizar à CT o organograma do CAU/RS, a proposta do SERPRO para rede lógica e plantas dos três pavimentos. Define-se por levar a proposta ao Conselho Diretor, onde o Coordenador de cada Comissão Permanente do CAU/RS levará o tema para ser debatido com os demais membros da sua Comissão.

1. Análise das modificações necessárias ao Regimento Interno;

O Presidente Py relata que o Ministro Fux proferiu decisão após a Reclamação 19537 ter passado pelos dez Conselhos reclamados, dos quais oito não se manifestaram, incluindo o CAU/RS. Que é necessário abrir sindicância para investigar. A partir deste caso, sugere que seja alterado o Art. 10, inciso XXXVIII do Regimento Interno, onde determina a instauração de sindicância ou processo administrativo por indício de irregularidade de natureza administrativa ou financeira. Acredita que o correto seria “determina ou aprova”, tendo em vista que abertura de sindicâncias necessitam de urgência e muitas vezes não podem esperar a próxima Sessão Plenária.

O Presidente Py expõe também a questão do Art. 7, “Fica instituída a Ouvidoria do CAU/RS, a qual será implantada de acordo com normativo específico”. Aponta que o CAU/RS não possui normativo específico nem ouvidoria. Que maior parte dos CAU/UF não possui. Acredita que a ouvidoria deva ser centralizada, assim como o CSC – Centro de Serviços Compartilhados, gerenciado pelo CAU/BR, pois desta maneira a ouvidoria seria mais isenta.

Debate-se a ouvidoria eletrônica, através de software. É sugerida a busca de sistemas de ouvidoria eletrônica, através do SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados.

A Comissão discute a questão da reeleição, que deverá ser abordada no 1º Encontro da COA-CAU/BR e COA-CAU/UF.

1. Diretrizes para criação de plano de capacitação;

A empregada Clarissa apresenta dados referentes a ações de capacitação dos quadros efetivos do CAU/RS. É necessário ser empregado um mínimo de 2% e máximo de 4% do valor total das folhas de pagamento para atender ao objetivo estratégico “Desenvolver competências de dirigentes e colaboradores”. O orçamento disponibilizado pelo CAU/RS é de R$119.815,18, e já foi utilizado R$16.807,00 no ano de 2015. Informa que foi feito levantamento com todas as gerências para averiguar as necessidades de cada unidade. Apresenta esboço do Plano de Capacitação gerado após levantamento. Debate-se a criação do Plano de Capacitação. Solicita-se à Clarissa buscar no CAU/MG e no CAU/BR planos semelhantes.

1. Assuntos Gerais:

Conselheiro Márcio questiona o fato do CAU/RS não ter uma linha 0800, com chamadas gratuitas para atender os profissionais. Expõe que os moradores do interior do estado necessitam pagar ligações, muitas vezes longas, para sanarem seus problemas com o Conselho. Debate-se o assunto. O Presidente Py acredita que uma ligação paga tem maior credibilidade, além de apontar que linhas gratuitas são mais suscetíveis à receberem “trotes”.

Não havendo mais assuntos para discussão, a reunião é encerrada às 16 horas.

**Hermes de Assis Puricelli**

**Coordenador da COA-CAU/RS**